

Entrevista com José Luiz Pedersoli

José Luiz Pedersoli Junior é químico formado pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui mestrado em química de polímeros, com ênfase em materiais celulósicos e aplicações na área da conservação patrimonial, pela Universidade de Helsinki, Finlândia, desde 1994. Casado e pai de dois filhos, morou durante muitos anos na Europa, inicialmente em Amsterdã, quando trabalhou como cientista da conservação no Instituto Holandês do Patrimônio Cultural (www.icn.nl), e depois em Roma, no Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural (ICCROM) (www.iccrom.org).

Recentemente, voltou ao Brasil com uma importante experiência na área da ciência dos materiais aplicada à preservação patrimonial, mais especificamente à conservação de acervos de papel e materiais relacionados, com vários trabalhos científicos publicados em revistas especializadas. Essa experiência profissional inclui também o desenvolvimento, coordenação e ensino em cursos nacionais e internacionais voltados à capacitação profissional no setor patrimonial. Membro do conselho editorial da revista *Restaurator – International Journal for the Preservation of Library and Archival Material*, tem se dedicado ultimamente aos temas do gerenciamento

de riscos para o patrimônio cultural, dos princípios científicos da conservação e dos processos de tomada de decisões na conservação patrimonial.

Como profissional independente no Brasil e no exterior na área da conservação do patrimônio cultural, com ênfase na ciência da conservação, vem prestando consultoria técnico-científica em suas diversas áreas de atuação. Em entrevista ao Arquivo Nacional, José Luiz Pedersoli discorre sobre a metodologia de análise e gerenciamento de riscos na área da preservação de bens culturais.

Acervo. *O que é a metodologia de gerenciamento de risco para o patrimônio cultural?*

José Luiz Pedersoli. O gerenciamento de riscos é uma ferramenta de gestão eficaz para otimizar a tomada de decisões dirigidas à conservação e uso do patrimônio cultural. Sua utilização fornece uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de risco para o patrimônio, desde eventos emergenciais e catastróficos (grandes incêndios, enchentes etc.) até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua (enfraquecimento de suportes celulósicos, danos por insetos, corrosão por tintas ferrogálicas etc.). A partir da identificação e análise desses riscos, é possível estabelecer prioridades de ação e alocação de recursos para mitigá-los. Estratégias sustentáveis podem então ser estabelecidas para minimizar impactos negativos sobre o nosso objetivo comum de transmitir o

patrimônio cultural para as gerações futuras com a menor perda de valor possível.

Arquivos, bibliotecas, museus e outras instituições patrimoniais frequentemente têm que decidir entre diferentes opções para a proteção de seus acervos, por exemplo, entre a instalação de controle climático, de um sistema de vídeo-vigilância, ou de equipamento de detecção e combate a incêndio. O que fazer primeiro? Quais as prioridades do acervo? A metodologia do gerenciamento de riscos permite definir essas prioridades e, assim, maximizar o uso efetivo dos recursos disponíveis.

O gerenciamento de riscos, da forma que é praticado atualmente, origina-se na década de 60, associado à indústria seguradora. Essa metodologia é hoje amplamente utilizada por organizações públicas e privadas em vários setores: saúde, meio ambiente, negócios, (bios)segurança etc. Introduzido no campo do patrimônio cultural (móvel) há pouco mais de 15 anos, o gerenciamento de riscos vem despertando o interesse e aplicação crescentes por parte das instituições e profissionais do setor. O uso da metodologia representa uma contribuição adicional significativa às estratégias de segurança e conservação preventiva do patrimônio cultural, visto que permite o estabelecimento de prioridades para ações preventivas de forma bem embasada e transparente.

O gerenciamento de riscos pressupõe a implantação de um processo cíclico e contínuo na organização, constituído pelas seguintes etapas:

1) estabelecer o contexto em que os riscos serão gerenciados (explicitar os objetivos e valores da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes e atores internos e externos à organização a serem envolvidos, os ambientes internos e externos em que o processo ocorrerá, os critérios para avaliação de riscos);

2) identificar os riscos de forma sistemática e abrangente;

3) analisar os riscos para quantificar sua magnitude (ou seja sua probabilidade de ocorrência e o impacto esperado);

4) avaliar os riscos para decidir quais deles serão mitigados e com que prioridade;

5) tratar os riscos priorizados para eliminá-los ou reduzi-los a níveis aceitáveis.

A consulta e comunicação com todos os atores e partes interessadas, assim como o monitoramento e revisão do processo, são essenciais à implantação bem-sucedida do gerenciamento de riscos. A colaboração intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar é igualmente fundamental para esse fim.

Acervo. *De que forma você começou a trabalhar com o gerenciamento de risco?*

José Luiz Pedersoli. Comecei a trabalhar com o gerenciamento de riscos em 2005, quando ingressei no Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM) como cientista da conservação. Parte do programa de pesquisa, informação e capacitação dessa organização intergovernamental

consiste no desenvolvimento e disseminação da metodologia do gerenciamento de riscos aplicada ao patrimônio cultural. Esse trabalho vem sendo realizado em parceria com o Instituto Canadense de Conservação (CCI) e com a Agência Holandesa de Patrimônio Cultural (RCE). Inicialmente, contou-se também com a colaboração do Museu Canadense de História Natural.

Meu trabalho com o gerenciamento de riscos tem envolvido o desenvolvimento da metodologia para o setor patrimonial, a compilação de dados técnico-científicos para fins de análise de riscos (por exemplo, taxas de degradação de diversos materiais constituintes do patrimônio sob condições ambientais distintas; informações estatísticas e/ou geográficas sobre desastres naturais e outros sinistros afetando o patrimônio cultural), a produção de material didático para capacitação profissional, a sensibilização do setor quanto à importância de um planejamento e ações de gestão de riscos a longo prazo e promoção desta ferramenta por meio de palestras, oficinas e publicações.

Acervo. *Poderia nos falar um pouco sobre o desenvolvimento da metodologia?*

José Luiz Pedersoli. O processo genérico de gerenciamento de riscos descrito na resposta à primeira pergunta, especificado na norma técnica australiana e neozelandesa AS/NZ 4360:2006 (precursora da norma internacional ISO 31000:2009 sobre gerenciamento de riscos), necessita ser adaptado para sua aplicação específica no campo do patrimônio cultural. Esse traba-

lho de desenvolvimento, contínuo, envolve uma série de elementos, dentre os quais eu destacaria como mais importantes:

- a quantificação da importância relativa ou a distribuição de valores entre os diferentes componentes de um acervo cultural ou bem patrimonial. Uma vez que os riscos são definidos como “a chance de algo acontecer causando perda de valor para o patrimônio cultural”, é essencial entender e explicitar, por exemplo, como o valor total de um acervo cultural está distribuído entre as (sub)coleções, elementos e/ou objetos que o compõem.
- as ferramentas conceituais para assegurar a identificação abrangente de todos os riscos para o patrimônio cultural. Essas ferramentas incluem: os “dez agentes de deterioração”, as “camadas de invólucros” do patrimônio, os “estágios de controle” de riscos e mapas de risco.
- as escalas dedicadas para quantificar a magnitude de riscos ao patrimônio cultural. Atualmente utilizamos as chamadas escalas ABC, originalmente desenvolvidas por Stefan Michalski (CCI) e aperfeiçoadas ao longo da colaboração internacional com o ICCROM e a RCE. Tais escalas são essenciais para podermos comparar e priorizar os diferentes tipos de risco que afligem o patrimônio de forma sistemática e quantitativa.
- os critérios eficazes para avaliar opções de mitigação de riscos, tais como: sustentabilidade, custo-benefício, complementaridade, riscos colaterais etc.

Além dos aspectos metodológicos, estão sendo desenvolvidas também ferramentas informatizadas (por exemplo, base de dados, manuais, modelos computadorizados de riscos) para facilitar a utilização da metodologia e torná-la mais acessível em escala mundial.

Acervo. *O que pode ser destacado na aplicação desta poderosa ferramenta da conservação preventiva?*

José Luiz Pedersoli. Eu destacaria a capacidade de priorização e tomada de decisões bem justificadas quanto ao uso dos recursos disponíveis (tipicamente limitados) para a proteção de nosso patrimônio cultural, considerando sistemática e explicitamente os valores desse patrimônio, todos os perigos a que está exposto e diferentes horizontes de tempo. Isso permite estabelecer estratégias bem-sucedidas para a preservação e fruição do patrimônio cultural a longo prazo, algo que até o presente momento não temos visto com muita frequência nos cenários nacional e internacional. Destacaria, também, o fomento à colaboração intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar, criando sinergias para alcançarmos o objetivo comum da preservação patrimonial de forma mais eficiente.

Acervo. *Qual o grau de desenvolvimento da aplicação no Brasil?*

José Luiz Pedersoli. O nível de interesse e utilização do gerenciamento de riscos no Brasil vem crescendo consideravelmente nos últimos três anos. Instituições

patrimoniais como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa, além de outros arquivos, bibliotecas e museus nas esferas estaduais, municipais e privada já começaram a tomar iniciativas voltadas à capacitação de seu corpo técnico para aplicação da metodologia, desenvolvimento de planos de gerenciamento de riscos para seus acervos e/ou implantação permanente da ferramenta no sistema global de gestão da instituição. Tudo isso ainda se encontra em uma fase incipiente, mas que indica claramente uma tendência significativa de adoção ou validação da metodologia no cenário da conservação patrimonial no Brasil.

Gostaria de destacar o exemplo do estado do Pará, em que a Secretaria de Cultura da gestão anterior à atual estabeleceu diretrizes para a instituição de um Plano Estadual de Gerenciamento de Riscos para Bens Culturais. Outro caso a ser mencionado foi a utilização da metodologia durante a última intervenção de conservação e restauro do Theatro da Paz em Belém, visando mitigar os riscos tipicamente de grande magnitude que resultam em situações desse tipo. O incêndio recente do prédio histórico do Palácio Universitário da UFRJ, durante as obras de sua restauração, causando perda total da parte interna da capela e do acervo cultural ali localizado, é um triste exemplo do que pode acontecer se tais riscos não forem devidamente identificados e mitigados.

Dito isso, devemos reconhecer que temos ainda um longo caminho pela frente,

particularmente no que diz respeito à integração e coordenação de esforços dos diferentes atores e setores do poder público e da sociedade civil para a prevenção e resposta a desastres de grandes proporções afetando nosso patrimônio cultural.

Acervo. *O que precisa ser feito para que mais e mais instituições e seus dirigentes tomem consciência de sua importância e passem a implantar a metodologia?*

José Luiz Pedersoli. Até o presente momento, temos agido mais de forma reativa que proativa frente às ameaças que afligem o patrimônio cultural. Ou seja, tipicamente, faz-se necessária a ocorrência de um furto, um incêndio, uma enchente ou outro tipo de perda para que medidas mais eficientes de prevenção, detecção e resposta sejam implantadas (ou, pelo menos, discutidas). Uma série de exemplos recentes pode ser citada para ilustrar essa realidade. Um fator essencial para a adoção do gerenciamento de riscos em larga escala é a sensibilização de dirigentes quanto aos benefícios oferecidos por essa ferramenta de gestão no tocante à preservação e uso sustentável do patrimônio cultural. Reconheço que essa não é uma tarefa fácil, mas podemos e devemos nos esforçar para melhorar a situação através da divulgação mais ampla possível do assunto, comparando exemplos de sucesso e por meio de publicações, palestras e encontros; do alinhamento e colaboração com organizações de outros setores (por exemplo, saúde e meio ambiente) no tocante ao

tema do gerenciamento de riscos para fortalecer a comunidade profissional de usuários e, portanto, sua voz junto aos dirigentes; contribuir para a sensibilização da sociedade civil quanto à fragilidade e importância do patrimônio cultural, assim como a necessidade de incluí-lo nas ações preventivas e de resposta a desastres naturais e outras ameaças. Aproveitando

a publicação desta entrevista, convido o(a) leitor(a) a se informar mais sobre o gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural e, se convencido(a) da sua importância, contribuir como puder para promover a aplicação da metodologia e, conseqüentemente, a preservação do patrimônio com a menor perda de valor possível para nossos descendentes.